



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
E.M.E.B. "JORNALISTA GRANDUQUE JOSÉ"

Rua Marechal Deodoro, 815 – Bairro Centro – Ribeirão Corrente - SP. CEP: 14445-000 - Fone: (16) 3749.1017
Ato de Criação: Lei Municipal Nº 986, de 20 de março de 2008
Email - granduquejose@educacao.sp.gov.br

**ATIVIDADES DE HISTÓRIA 9º ANOS A e B – 4º BIMESTRE – 2020 Período de
Estudo em Casa - Distanciamento Social – Covid-19
27ª SEMANA – 19 a 23 de Outubro
PROFESSOR Roger do Carmo Duque.**

Nome _____ Nº ____ Ano: ____

*LEIA O TEXTO COM ATENÇÃO E RESPONDA AS PERGUNTAS ABAIXO.

* **ENVIAR AS RESPOSTAS DESTAS ATIVIDADES POR FOTO, VIA WHATSAPP, PARA O PROF. ROGER ATÉ O DIA 23/10/2020** . TEL (WHATSAPP) DO PROF. ROGER PARA CONTATO: 16 9 9373 8378.

Governo de João Goulart (Jango) - 1961-1964.



João Goulart foi deposto da Presidência da República em 1964. Ele morreu em 1976, quando estava no exílio na Argentina.

De acordo com as normas constitucionais, com a renúncia de Jânio Quadros, a presidência da República deveria ser ocupada pelo vice-presidente, João Goulart, que tinha o apelido de **Jango**. Como ele estava em visita oficial à China comunista, tomou posse do cargo, interinamente, conforme determinava a Constituição, o presidente da Câmara dos Deputados.

A renúncia de Jânio ia ao encontro dos interesses udenistas e dos demais grupos de oposição. Mas o mesmo não ocorria em relação à posse de Jango: uma junta militar declarou veto ao vice-presidente, provocando a reação de diversos setores políticos e sociais. Formaram-se dois grupos políticos opostos em relação à posse do vice-presidente:

- Grupo contrário à posse: usava como argumento a acusação de que João Goulart seria um “um perigoso comunista”. Reunia comandantes militares, políticos udenistas e grandes empresários nacionais e estrangeiros;

- Grupo favorável à posse: defendia a legalidade, isto é, o cumprimento da lei, da ordem constitucional. Incluía uma parcela dos líderes sindicalistas e trabalhadores, profissionais liberais e pequenos empresários. Para representar esse grupo, foi organizada a **Frente Legalista**, que pretendia garantir a posse de Jango em cumprimento da lei. Formada no Rio Grande do Sul, a Frente era liderada pelo governador desse estado, **Leonel Brizola** (cunhado de Jango), e apoiada pelo comandante do III Exército, o general Machado Lopes.



Manifestação pública pela legalidade e posse de João Goulart no Rio Grande do Sul (agosto de 1961). Governado por Leonel Brizola, o Rio Grande do Sul foi o principal centro de apoio à posse de Jango.

Solução parlamentarista: O confronto entre esses dois grupos parecia encaminhar o país a uma guerra civil. Para que isso não ocorresse, foi negociada uma solução política: o vice-presidente assumiria o poder, desde que aceitasse o sistema parlamentarista. Nesse sistema de governo, o presidente da República exerce apenas a chefia do Estado, enquanto a chefia do governo cabe a um primeiro-ministro, indicado pelo Legislativo. Por essa solução,

portanto, João Goulart assumiria a Presidência com poderes limitados e vigiados pelo Congresso Nacional. Goulart aceitou a condição negociada para resolver o impasse, e uma **emenda constitucional, aprovada pelo Congresso em 30 de agosto de 1961, estabeleceu o parlamentarismo no Brasil.**

João Goulart tomou posse na presidência em 7 de setembro de 1961. A chefia de governo, no entanto, coube a **Tancredo Neves**, político do PSD mineiro, empossado como primeiro-ministro. Mas o sistema parlamentarista não duraria mais que 14 meses. A emenda constitucional que tinha estabelecido o parlamentarismo previa que a adoção desse sistema de governo deveria ser referendada por um **plebiscito**. Realizado em 6 de janeiro de 1963, o plebiscito reuniu votos de mais de 12 milhões de cidadãos, dos quais quase 10 milhões se manifestaram contra o parlamentarismo, votando pelo restabelecimento do presidencialismo.

Com mais poder para governar depois do plebiscito, João Goulart se empenharia em uma linha política nacionalista e reformista que lhe causaria muitos problemas.

Plano Trienal: o governo de João Goulart iniciou-se em um período de graves problemas econômicos e sociais no país, e com uma inflação que não foi suficientemente controlada. Sua estratégia socioeconômica foi formalizada, em 1962, por meio do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, organizado por **Celso Furtado**, economista que ocupava o cargo de ministro do Planejamento. O Plano Trienal visava fundamentalmente:

- promover melhor distribuição das riquezas nacionais, desapropriando os latifúndios improdutivos para defender interesses sociais;
- encampar as refinarias particulares de petróleo;
- reduzir a dívida externa brasileira;
- diminuir a inflação e manter o crescimento econômico sem sacrificar exclusivamente os trabalhadores.

Mas a inflação e o custo de vida não paravam de subir. As despesas com as importações aumentavam e os preços das exportações caíam. Também diminuía o ritmo de crescimento da indústria, e os grandes empresários nacionais e estrangeiros reduziam os investimentos na produção, numa demonstração de desconfiança em relação às intenções políticas de Jango. Havia o temor de que o governo pudesse implantar o socialismo no Brasil – uma opção que parecia remota para a maioria dos estudiosos daquele período.

Polarização da sociedade: O período do governo de Goulart foi marcado, desde o início, pela mobilização social e política de diversos setores da sociedade brasileira. Com o tempo, esses movimentos e associações foram levando a uma radicalização das posições e a uma polarização social. De um lado, estavam movimentos que traziam reivindicações populares e pregavam transformações que, segundo eles, visavam a uma sociedade mais justa e igualitária. Eram mobilizações organizadas por grupos formados por estudantes, operários, camponeses etc.

Os estudantes eram ligados à **União Nacional dos Estudantes (UNE)** e à Juventude Universitária Católica (JUC); os operários eram ligados à Central Geral dos Trabalhadores (CGT); e os camponeses, às **Ligas Camponesas**, que se difundiam principalmente pelo Nordeste. Um de seus líderes, o advogado socialista Francisco Julião, denunciava que os camponeses do Nordeste sobreviviam “num regime de servidão, movendo-se dentro de um cenário trágico, de onde só emergem para ir habitar o mocambo, a favela, a maloca, o prostíbulo, o hospital, o cárcere e, por fim, o cemitério. Não conhecem o berçário, a creche, a escola, a cultura, a saúde, a paz, o futuro, a vida”.

Do outro lado, atuavam associações como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fundado em 1959, e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), criado em 1961. Esses institutos opunham-se aos movimentos políticos que, segundo eles, estavam contaminados pelas ideologias comunista e anticapitalista.



Ligas Camponesas: povo humilde e trabalhador em busca de melhores condições de vida.

Reformas de base: Em fins de 1963 e início de 1964, ficou evidente que o Plano Trienal não tinha alcançado os resultados esperados. As tensões sociais aumentavam no país. Esse quadro levou, **em 13 de março de 1964, João Goulart a falar a mais de 300 mil pessoas em um comício diante da Estação Central do Brasil (área de grande afluência popular no centro da cidade do Rio de Janeiro).**

Em seu discurso, ele expôs as dificuldades do país e a necessidade de realizar um conjunto de reformas que seriam adotadas por seu governo. Eram as chamadas reformas de base, que acirraram ainda mais os ânimos das elites dominantes e contrariavam os interesses estrangeiros. Entre elas, estavam:

- **reforma agrária:** para facilitar o acesso à terra a milhões de lavradores que desejavam trabalhar e produzir no campo. Com melhores condições de vida e trabalho, o morador do campo poderia permanecer em seu local de origem em vez de se dirigir para as grandes cidades em busca de emprego;

- **reforma urbana:** para socorrer milhões de favelados, moradores de cortiços e inquilinos nas grandes cidades;

- **reforma educacional:** para aumentar o número de escolas públicas, matricular todas as crianças brasileiras e combater o analfabetismo;

- **reforma eleitoral:** para dar ao analfabeto o direito de participar da vida política, votando nas eleições.

- **reforma tributária:** para corrigir as desigualdades sociais na distribuição dos deveres entre ricos e pobres, patrões e empregados.

Além das reformas de base, Jango procurou, pela **Lei de Remessa de Lucros**, **limitar o envio de dólares das empresas multinacionais para o exterior**. A aprovação dessa lei provocou forte reação entre representantes das multinacionais, bem como dos grupos políticos defensores dos interesses estrangeiros.



Ao lado de sua esposa, Maria Thereza Goulart, Jango discursa em defesa de seu governo diante da Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964.

Alguns setores populares favoráveis ao governo passaram a fazer manifestações em apoio às reformas de base. Paralelamente, as oposições organizaram seus protestos, como a **Marcha da Família com Deus pela Liberdade** – série de passeatas de senhoras católicas, autoridades civis, empresários e parte da classe média. A primeira marcha ocorreu em São Paulo, no dia 19 de março. A agitação política e social intensificou-se no país. Grupos de esquerda e de direita radicalizavam suas posições. Em Brasília, 600 sargentos do Exército e da Aeronáutica ocuparam a tiros suas guarnições, para exigir o direito de voto. A rebelião dos sargentos foi controlada, mas os oficiais militares se assustaram com a indisciplina da tropa e responsabilizaram o governo pelo “clima de desordem”.

Golpe militar: em **31 de março de 1964**, explodiu a rebelião das Forças Armadas contra o governo João Goulart. O movimento militar **teve início em Minas Gerais**, apoiado pelo governador mineiro Magalhães Pinto. Rapidamente, os golpistas contaram com a adesão de unidades militares de São Paulo, do Rio Grande do Sul e do antigo estado da Guanabara (criado no lugar do antigo Distrito Federal, situado na cidade do Rio de Janeiro até a transferência da capital federal para Brasília, em 1960).

Sem condições de resistir ao golpe militar, o presidente João Goulart deixou Brasília em 1º de abril de 1964. Passou pelo Rio Grande do Sul e, em seguida, foi para o Uruguai como exilado político. **Era o começo do período de governos militares.**

Atividades

- 1 – Quem foi João Goulart? Qual era seu apelido?
- 2 – O que foi a solução parlamentarista?
- 3- O que foi o Plano Trienal?
- 4 – O que foram as Reformas de Base?
- 5 – Fale um pouco sobre a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.
- 6 – Fale um pouco sobre o golpe militar realizado em 31 de março de 1964.

OBS: RESPONDA AS QUESTÕES NO VERSO DA FOLHA